

**A percepção da acessibilidade para pessoa com deficiência pelo estudante da
Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento**

**The perception of accessibility for people with disabilities by the student at the Federal
University of Pampa - Campus Santana do Livramento**

**La percepción de accesibilidad para las personas con discapacidad por parte del
estudiante de la Universidad Federal de Pampa - Campus Santana do Livramento**

Recebido: 16/12/2020 | Revisado: 16/12/2020 | Aceito: 18/12/2020 | Publicado: 24/12/2020

Carmélia Silva Carvalho Gomes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6482-3503>

Universidade Federal do Pampa, Brasil

E-mail: carmelia_carvalho@hotmail.com

Jéssica Layne da Silva Galindo Lins

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6268-9761>

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmares, Brasil

E-mail: jessicalayne2007@gmail.com

Resumo

O trabalho parte de uma pesquisa realizada na Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento. O objetivo principal foi conhecer a percepção dos universitários sobre a acessibilidade para pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados pela Instituição já mencionada, e relacioná-la ao proposto pelas políticas públicas brasileiras referentes ao tema. A pesquisa indaga qual é a percepção dos universitários que estão distantes da situação vivida pelas pessoas com deficiência, e se, de acordo com o conhecimento deles, o que é ofertado pela Instituição está compatível com as políticas públicas. Para alcançar o objetivo proposto foi realizado questionário com perguntas abertas e fechadas como instrumento para coletar dados. A pesquisa aborda ainda o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) quanto ao seu histórico e ações. Conclui-se que a participação dos entrevistados revela uma significativa percepção visual e social de pessoas com deficiência no campus, mas, ao mesmo tempo, um conhecimento menos profundo em relação às políticas públicas referentes a pessoa com deficiência, assim como das legislações brasileiras. Contudo, há um amplo interesse pela obtenção de conhecimento mais aprofundado e pela participação

em atividades e ações de inclusão. Sendo assim, descobre-se o protagonismo do NInA quanto à expansão da acessibilidade e ao alcance dos universitários para o envolvimento na temática.

Palavras-chave: Acessibilidade; Pessoa com deficiência; Educação; Direitos.

Abstract

The work is part of a research carried out at the Federal University of Pampa - Campus Santana do Livramento. The main objective is to understand the perception of university students about accessibility for people with disabilities to the facilities and services offered by the institution already mentioned, and to relate it to that proposed by Brazilian public policies on the subject. The research asks what is the perception of university students who are distant from the situation experienced by people with disabilities, and whether, according to their knowledge, what is offered by the Institution is compatible with public policies. To achieve the proposed objective, a questionnaire was conducted with open and closed questions as an instrument to collect data. The research also addresses the Center for Inclusion and Accessibility (NInA) regarding its history and actions. It is concluded that the participation of the interviewees reveals a significant visual and social perception of people with disabilities on campus, but, at the same time, a less profound knowledge in relation to public policies regarding people with disabilities, as well as Brazilian laws. However, there is a wide interest in obtaining more in-depth knowledge and participating in inclusion activities and actions. Thus, the role of NInA in terms of expanding accessibility and reaching university students for involvement in the theme is discovered.

Keywords: Accessibility; People with disability; Education; Rights.

Resumen

El trabajo es parte de una investigación realizada en la Universidad Federal de Pampa - Campus Santana do Livramento. El objetivo principal es comprender la percepción de los estudiantes universitarios sobre la accesibilidad de las personas con discapacidad a las instalaciones y servicios que ofrece la institución ya mencionada, y relacionarla con la propuesta por las políticas públicas brasileñas en la materia. La investigación pregunta cuál es la percepción de los estudiantes universitarios que se alejan de la situación que viven las personas con discapacidad y si, según sus conocimientos, lo que ofrece la Institución es compatible con las políticas públicas. Para lograr el objetivo propuesto, se realizó un cuestionario con preguntas abiertas y cerradas como instrumento de recolección de datos. La investigación también se dirige al Centro de Inclusión y Accesibilidad (NInA) con respecto a

su historia y acciones. Se concluye que la participación de los entrevistados revela una percepción visual y social significativa de las personas con discapacidad en el campus, pero, al mismo tiempo, un conocimiento menos profundo en relación a las políticas públicas sobre personas con discapacidad, así como las leyes brasileñas. Sin embargo, existe un gran interés en profundizar en el conocimiento y participar en actividades y acciones de inclusión. Así, se descubre el papel de NInA en términos de ampliar la accesibilidad y llegar a los estudiantes universitarios para que se involucren en el tema.

Palabras clave: Accesibilidad; Personas con discapacidad; Educación; Derechos.

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 assegura que a educação é um direito social de todos, devendo, portanto, ser garantida de forma igualitária e respeitar as singularidades de cada indivíduo, como as deficiências. Sendo assim, o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino-aprendizagem deve levar em conta estas diferenças. A importância de estudos sobre esse tema é enorme, inclusive no ambiente escolar, que deve estar preparado para receber estudantes com qualquer peculiaridade, seja ela uma deficiência física, mental, ou de qualquer outra natureza, despidendo-se de qualquer conceito quanto a “normalidade”.

Michel Foucault, à luz das elucubrações de Canguilhem, explicita, de um ponto de vista crítico, com qual finalidade nasceu e ganhou valor a noção de “norma”. Em certa aula de seu curso sobre *Os anormais*, Foucault (2001) assinalou “A norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. Conceito polêmico – diz Canguilhem”.

As normas excluem e rejeitam sem cessar, mas não foram criadas com a função de excluir e rejeitar; elas foram (e são constantemente) criadas para impor ações, regular práticas, intervir e transformar; se excluem ou rejeitam é porque têm o poder de normatizar os corpos.

Nessa passagem, podemos constatar algo indispensável para o problema da deficiência, tal como aqui a concebemos: para compreender o significado de “ser deficiente” é preciso atentar mais do que ao corpo dos indivíduos; é necessário entender as relações políticas e as relações de poder que certa ideia de normalidade estabelece para cada corpo apontado socialmente como deficiente. Ainda à luz de Canguilhem (2009), “só se compreende bem que, nos meios próprios do homem, o mesmo homem seja, em momentos diferentes,

normal ou anormal, tendo os mesmos órgãos, se compreendermos como a vitalidade orgânica se desenvolve em plasticidade técnica e em ânsia de dominar o meio”.

O Art. 2º do Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, estabelece que “cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à “pessoa portadora de deficiência” o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico”. As pessoas com deficiência detêm pleno direito à educação, acesso viável às informações, aos espaços físicos e aos serviços educacionais tanto quanto os demais estudantes, de modo a proporcionar maior autonomia e bem-estar pessoal. O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite (Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011), por sua vez, tem como finalidade promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. Três das principais diretrizes do Plano são: garantia de um sistema educacional inclusivo; garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado, e ampliação da participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho mediante sua capacitação e qualificação profissional.

A pesquisa intitulada “A percepção da acessibilidade para pessoa com deficiência pelo estudante da Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento”, voltada para a área de atuação na Educação, se justifica por questionar a acessibilidade no local pesquisado. Procurou-se saber, através de uma investigação acadêmica com coleta de dados (questionário), qual é a percepção de 15 universitários, que não se colocam em situação de deficiência, quanto aos direitos para a pessoa com deficiência, assegurados (ou não) pela Instituição. Buscou-se saber se as condições para o acesso, tanto às dependências quanto aos serviços, são pertinentes sob a perspectiva do estudante universitário sem deficiência.

Nesse contexto, a pesquisa também visou constatar a prática de uma espécie de empatia dos estudantes sem deficiência em relação aos que possuem deficiência, bem como a potencialidade da alteridade. Por meio de pesquisa bibliográfica, a investigação aborda assuntos referentes à temática, procurando fazer um breve resgate da história da deficiência e das pessoas com deficiência até chegarmos à dinâmica de como é tratada, nos últimos tempos, a educação inclusiva no país. Ademais, a pesquisa aborda a questão da relação entre educação e acessibilidade, englobando as características e a inclusão na Universidade a ser pesquisada.

O objetivo geral consistiu em conhecer a percepção de 15 universitários (que não possuem deficiência) sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados pela Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, e relacionar o perfil da percepção dos participantes da pesquisa ao proposto pelas políticas públicas brasileiras referentes ao tema. Os objetivos específicos foram: a) conhecer, a partir das transformações das leis brasileiras (entre 1988 e 2015), a situação da pessoa com deficiência na universidade; b) compreender, a partir do olhar do universitário sem deficiência, as condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência na instituição pesquisada. A pesquisa, mediada pela coleta de dados e refletida junto ao referencial teórico, buscou saber se a acessibilidade pode ou não ser percebida como um problema comum à comunidade universitária. O olhar discente para os impasses que envolvem o cotidiano da Instituição examinada implica um conhecimento maior sobre o modo de democratizar o acesso à universidade, conforme será evidenciado adiante.

2. Metodologia

A pesquisa é de natureza aplicada, tendo como característica fundamental o interesse na aplicação, na utilização e nas consequências práticas dos conhecimentos, conforme observa os estudos de Gil (2008). O objetivo é de caráter exploratório, destacando-se pelo interesse em compreender o assunto através de pesquisas bibliográficas, com referências de autores como Pessoti, Canguilhem, Foucault, Merleau-Ponty, Farinon, entre outros, além de Legislações brasileiras acerca do tema.

A análise é predominantemente qualitativa, tendo como etapas a exploração, a decisão e a descoberta, preocupando-se em capturar, com o maior rigor possível, as percepções de cada entrevistado.

O “significado” que as pessoas dão as coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Nesses estudos há sempre uma tentativa de capturar a “perspectiva dos participantes”, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão focalizadas. Ao considerar os diferentes pontos de vista dos participantes, os estudos qualitativos permitem iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessível ao observador externo (Bogdan e Biklen, 1982, apud Ludke e André, 1986).

O estudo de caso, adotado como procedimento científico, consistiu no estudo aprofundado sobre a temática em uma situação singular, a fim de ampliar e detalhar o conhecimento de situações gerais. São também analisados documentos da UNIPAMPA, como

o Plano de Desenvolvimento Institucional, por exemplo. Este método é comumente utilizado nas pesquisas sociais, visando descrever o contexto em que será feita a investigação (GIL, 2008). O estudo de caso, somado ao questionário como técnica de coleta de dados, pode permitir que aspectos do problema da acessibilidade na universidade não percebidos venham a ser descobertos.

Mediante leituras realizadas quanto à pesquisa qualitativa, optou-se por essa técnica de investigação, visto que, através de um conjunto de questões, é capaz de obter informações sobre sentimentos, valores, interesses e expectativas. As perguntas serão fechadas e abertas, preocupando-se em fazer com que os respondentes possam expor suas próprias respostas (Gil, 2008).

O público-alvo escolhido para o preenchimento do questionário foi os universitários da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento, sendo a amostra estudantes sem deficiência para que fosse possível ter visão e análise mais ampla através do olhar também daqueles que observam à distância a situação das pessoas com deficiência, buscando compreender as percepções explicitadas, ou seja, a maneira pela qual esses estudantes enxergam a existência ou não do atendimento da necessidade do outro diante das condições de acessibilidade ofertadas.

O instrumento de coleta de dados foi aplicado no pátio do campus Santana do Livramento, no horário do intervalo, no mês de dezembro de 2019. A seleção dos 15 estudantes foi de maneira aleatória, sendo explicado sempre o tema e os objetivos da pesquisa nas abordagens. Dessa forma, foram convidados a participar e o questionário foi aplicado nesse local após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para que fosse seguido o procedimento ético de pesquisas envolvendo seres humanos e fosse mantido o sigilo dos participantes.

Ademais, os resultados da pesquisa têm a possibilidade de contribuir para a efetivação de melhorias no campus quanto à acessibilidade e para despertar o interesse dos estudantes quanto à temática. As duas questões abertas do questionário foram analisadas por estabelecimento de categorias, uma vez que tendem à variedade de respostas e foram interpretadas à luz do referencial teórico, conforme observa Gil (2008): As respostas fornecidas pelos elementos pesquisados tendem a ser as mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, torna-se necessário, portanto, organizá-las, o que é feito mediante o seu agrupamento em certo número de categorias. As respostas as perguntas fechadas, além das informações acerca do “curso, período e idade”, foram analisadas através do método dialético, visando não somente a caracterização e o resumo dos

dados, mas também o estudo da comparação das variáveis (Gil, 2008), por meio de gráficos e tabelas.

3. Resultados e Discussões

A coleta de dados do presente estudo foi realizada no mês de dezembro de 2019 e os resultados foram apresentados a partir da análise das respostas das perguntas aos entrevistados.

Os envolvidos são estudantes de cursos de graduação e de períodos variados, o campus possui cinco cursos de graduação e, apesar ter sido feita a entrega aleatória dos questionários (respeitando apenas o critério de ser estudante sem deficiência), foram abordados acadêmicos de todos os cursos, sendo a maioria do curso de Relações Internacionais.

A maioria dos estudantes tem entre 21 e 22 anos, cabendo ressaltar que, entre os oito com essa faixa etária, apenas quatro estão no 8º período.

Tratamos os envolvidos por pseudônimos, “Participante 1”, “Participante 2” até o “Participante 15”, quando foi necessário mencioná-los em suas considerações. As respostas das perguntas do questionário foram analisadas por tabelas e agrupadas por categorias, quando necessário.

Para conhecermos a visão dos estudantes sem deficiência para as pessoas com deficiência no campus, foi feita a seguinte pergunta:

Tabela 1 – Pergunta 1 -Visibilidade sobre pessoas com deficiência no campus.

Variáveis	N	%
Com qual frequência você encontra pessoas com deficiência no campus?		
Nunca	0	0
Às vezes	12	80
Sempre	3	20
Nunca reparei	0	0

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A maioria dos estudantes, sendo estes acadêmicos de períodos iniciais aos finais dos referidos cursos, respondeu que encontra “às vezes” pessoas com deficiência no campus. Dessa maneira, pensando na acessibilidade além dos espaços físicos, considerando que

aspectos sociais que não discriminem ou segreguem também são voltados para a inclusão, podemos considerar que a visibilidade das pessoas com deficiência nesse espaço evidencia que, embora estejam alheios a essa realidade, estão atentos à presença dessas pessoas.

Evidencia-se o motivo da utilização das opções “nunca” e “nunca reparei”, pois, embora pareçam semelhantes, há representações diferentes para a pesquisa, uma vez que o “nunca” se relaciona a quem costuma atentar à presença de pessoas com deficiência ao seu redor, mas nunca viu na universidade e a opção “nunca reparei” se destina àquele que, por não atentar a isso, quer afirmar que não sabe responder à pergunta, por não ter realmente reparado.

O espaço de convivência dos estudantes, como pátio e a entrada principal da Universidade, é central em relação ao prédio onde ocorrem as aulas, o prédio onde se concentram as aulas possui três andares e mais dois subsolos. Em todos os andares há salas de aula, entretanto há uma cadeira elevatória e piso tátil pelas dependências da Instituição. Isso não significa dizer que o campus esteja em plenas condições de acessibilidade, contudo revela uma maneira pela qual os estudantes podem enxergar o uso desses instrumentos quando necessários. Além disso, a entrada principal da Instituição, assim como a biblioteca e o pátio de convivência, estão alocados no térreo, contribuindo para que haja maior visibilidade dos estudante entre si, inclusive as pessoas com deficiência.

Ao serem questionados se possuem familiares ou pessoas próximas com deficiência, 80% responderam que não possuem, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Pergunta 3 - vivência com pessoas com deficiência.

Variáveis	N	%
3 - Você possui familiar ou alguém próximo a você com deficiência?		
Não	12	80
Não Sei	0	0
Sim	3	20
Qual deficiência?		
Participante 1 - Auditiva e fala;		
Participante 2 - Deficiência mental;		
Participante 3 - Atrofia muscular.		

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Retomando a posição distante da realidade do estudante com deficiência, tendo em vista que 80% não possuem familiares ou pessoas próximas com esta particularidade, a maioria dos estudantes visualiza a presença da pessoa com deficiência no campus, mostrando assim serem conhecedores de situações existenciais de que não fazem parte.

A evolução do tratamento da sociedade com as pessoas com deficiência e a mudança das leis, conforme já mencionadas nesse trabalho, tornam o tema muito abordado, inclusive no mundo acadêmico, o que não significa dizer que a acessibilidade está em condições plenas quando se trata da prática, para garantir os direitos dessas pessoas. Não é, igualmente, porque pessoas sem deficiência reconhecem a existência de pessoas com deficiência que o problema do preconceito e da exclusão se dá por resolvido.

Abaixo veremos as informações acerca do conhecimento dos entrevistados quanto às legislações brasileiras que tratam de assuntos referentes às pessoas com deficiência. Atentaremos a quais considerações fazem quanto à eficácia das leis e à adaptação do campus, respeitando as exigências legais.

Tabela 3 - Perguntas 2 e 4 – Conhecimento das legislações

Variáveis	N	%
2 - Você considera que as leis brasileiras para pessoas com deficiência são eficazes?		
Não	2	13,33
Parcialmente	10	66,67
Sim	1	6,67
Não conheço as leis	2	13,33
4 - Você considera que o Campus Santana do Livramento está adaptado para atender pessoas com deficiência de acordo com as legislações referentes ao tema?		
Não	7	46,66
Parcialmente	6	40
Sim	1	6,67
Não conheço as legislações	1	6,67

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Pode-se tomar o conceito de eficácia, conforme explica Maximiliano (2000), como o desempenho que relaciona objetivos e o alcance dos resultados corretos. Nesse sentido, ao

questionarmos se os entrevistados consideram eficazes as leis brasileiras referentes a pessoas com deficiência, apenas dois responderam “não conheço as leis” e outros dois “não”, demonstrando assim que muitos sabem da existência dessas legislações, pois a maioria respondeu “parcialmente”, acreditando que as leis não alcançam os resultados corretos, inclusive ao serem relacionadas à acessibilidade disponibilizada na instituição pública federal em que estão inseridos.

Ainda ao analisar o conceito de eficácia e os objetivos a serem alcançados com as legislações brasileiras referentes ao tema, em um universo de quinze entrevistados, sete responderam que não consideram o campus, local da pesquisa, adaptado para atender pessoas com deficiência de acordo com as referidas leis. Como já citado anteriormente, não somente os impedimentos estruturais podem ser colocados como barreiras para a inclusão das pessoas com deficiência. Embora seja essa uma das maiores preocupações dos entrevistados (conforme veremos mais adiante), deve-se pensar nos demais entraves. De fato, ainda que alguns deles tomem certas medidas de acessibilidade arquitetônica como se estas resumissem todas as dimensões da acessibilidade, muitas dessas medidas configuram apenas uma maneira de integrar e não incluir de fato.

Retomando as respostas dos entrevistados quanto à adaptação do campus para pessoas com deficiência, de acordo com as legislações referentes ao tema (e tendo em mente o fato de terem familiares ou pessoas próximas com deficiência), a maioria dos estudantes respondeu que não possui familiares ou pessoas próximas com deficiência e que não considera o campus adaptado. Porém, três estudantes responderam que possuem convivência com pessoas com deficiência e consideram o local da pesquisa parcialmente adaptado; outras três consideram o campus adaptado, mas não possuem convivência com pessoas com deficiência. A relação das perguntas, elaborada para que pudéssemos ter a compreensão dos estudantes quanto à existência ou não de acessibilidade no campus (conforme as legislações preconizam), está ligada à convivência com pessoas com deficiência, demonstrando assim atenção a uma realidade de que se tem proximidade. Porém, observa-se que a percepção dos impedimentos para que a inclusão das pessoas com deficiência ocorra não está atrelada à ligação deles com uma vivência específica, mas se dá em função da abordagem tão expressiva da temática na atualidade. Sendo assim, é satisfatório saber que os envolvidos, sabendo da existência das legislações referentes ao tema, talvez não de forma aprofundada, digam estar atentos às condições para pessoas com deficiência ofertadas pelo campus, ainda que não sejam, mesmo que indiretamente, ligados a essa realidade.

Sabe-se que a formação acadêmica vai além da preparação para o mercado de trabalho, pois decorre de conteúdos de elevada complexidade intelectual a serem ministrados a fim da conquista de uma profissão por aquele que é nosso público, o aluno. Engloba, portanto, aprimoramento pessoal e social. Dessa forma, conhecer as leis e visualizar as pessoas com deficiências na Instituição não são fatores suficientes para abranger toda a perspectiva da acessibilidade. É preciso ir adiante, ter envolvimento acadêmico por meio de ações que fomentem a inclusão das pessoas, sejam elas deficientes ou inseridas em outras minorias.

Nesse viés, ao serem questionados se conhecem o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), departamento importante na Instituição e que atua com o atendimento de pessoas com deficiência promovendo não só o desenvolvimento delas, mas a autonomia e o incentivo dos demais estudantes quanto a abordagem do tema, oito entrevistados responderam que não conhecem, quatro responderam que sim e três que conhecem parcialmente.

A pergunta 5 mediu o grau de conhecimento que os estudantes têm das estruturas universitárias voltadas para atendimento às necessidades universitárias de inclusão e acessibilidade. Nota-se que o Núcleo não atingiu visibilidade expressiva, pois mais da metade dos entrevistados o desconhecem. Estabelecendo uma relação entre as perguntas 4 e 5, vemos que entre os 15 estudantes entrevistados, quatro responderam, sem conhecer o NInA, que não acham que o campus está adaptado para pessoas com deficiência; outras três também não conhecem o Núcleo e opinam que o campus está adaptado parcialmente; um aluno respondeu que não conhece o Núcleo, mas acha que o campus está adaptado.

Ao relacionar as perguntas 5 e 3 a fim de detectar se os estudantes que conhecem o NInA possuem familiar ou alguém próximo com deficiência, razão pela qual possivelmente tenham maior interesse sobre a temática e visibilidade do Núcleo, descobrimos que apenas um aluno deste grupo conhece o NInA; outro entrevistado conhece o NInA parcialmente e tem algum familiar ou alguém próximo com deficiência. No entanto, seis estudantes não conhecem o Núcleo e não têm pessoas próximas com deficiência, enquanto outros três conhecem o NInA e não têm a vivência dessa realidade.

Até aqui constatamos que os entrevistados têm algum conhecimento da existência das legislações brasileiras acerca do tema, uma vez que avaliam as condições de acessibilidade ofertadas pelo campus, mas a maioria não acredita que exista a adaptação adequada para que as pessoas com deficiência tenham acesso às estruturas físicas e aos serviços, ou seja, conhecem, ainda que superficialmente, quais seriam essas condições para a acessibilidade. No entanto, embora tenham essa visão mais ampla quanto à acessibilidade, a maioria não conhece

o NInA. Os entrevistados que não acham que o campus está adaptado e nem conhecem o Núcleo não têm, em sua maioria, familiares ou pessoas próximas com deficiência. Ao mesmo tempo em que conhecem as legislações e condições de acessibilidade, a maioria dos estudantes entrevistados não conhece o Núcleo existente na Instituição que visa contribuir com o acesso e permanência das pessoas com deficiência. Por isso, é necessário educar nossos estudantes para que eles não só conheçam os recursos universitários existentes para garantir acesso, mas possam, além disso, favorecer a inclusão.

Observa-se, então, que o processo de conscientização a respeito da temática, ainda que tenha conduzido ao longo dos últimos anos para mudanças e constantes discussões, deve ser trabalhado com a comunidade, pois apesar de ser uma realidade distante de muitas pessoas, como dos entrevistados, a discussão deve ser de todos, a fim de incluir as pessoas com deficiência e tornar uma sociedade heterogênea, respeitando as singularidades uns dos outros.

Ainda sobre o conhecimento do NInA ou sobre suas ações, questionamos se caso não conheça o Núcleo ou as atividades desenvolvidas, consideram que seja importante para a comunidade acadêmica em geral que a Instituição faça ações para divulgação do mesmo, onde 12 responderam que sim, 1 que não e 2 não responderam.

A pergunta foi complementada: “por que você considera que seja importante para a comunidade acadêmica em geral que a Instituição faça ações para divulgação do NInA?” As respostas foram as seguintes:

Participante 2 – É de suma importância, uma vez que o campus tem alunos com variadas necessidades especiais.

Participante 3 – É fundamental o diálogo com a comunidade acadêmica sobre o tema, pois esperamos que a comunidade se torne mais acolhedora.

Participante 4 – Apesar de não me incluir no grupo, é importante minha participação em ações que tragam a proteção e auxílios para a pessoa com deficiência.

Participante 5 – Promover a inclusão.

Participante 6 – Justamente pelo fato de eu não ter conhecimento sobre o assunto, acredito que a divulgação seja importante.

Participante 8 – Para que possamos trabalhar em conjunto para a melhoria das políticas internas.

Participante 10 – Para que haja uma inclusão efetiva.

Participante 11 – Seria uma forma de conseguir aprovar verba ou mão de obra para o núcleo.

Participante 12 – Sim, seria importante para aumentar o conhecimento dos alunos sobre o tema.

Participante 13 – Conhecimento, informação e desenvolvimento da acessibilidade.

Participante 14 – Para tornar pública existência de programas aos interessados e também trazer destaque ao tema da inclusão.

Ressaltamos que quatro estudantes não responderam, mas, os 80% que responderam disseram considerar importantes as ações do Núcleo. Sintetizando as respostas, obtivemos as seguintes categorias nas exposições:

- Promover a inclusão: através da melhoria das políticas internas, desenvolvimento da acessibilidade no campus para que haja inclusão efetiva;
- Preocupação com as pessoas com deficiência: comunidade mais acolhedora, proteção e auxílio para as pessoas com deficiência;
- Promoção do conhecimento: expandir a oferta de atuação dos acadêmicos no Núcleo, como maneira de fomentar e contribuir com o conhecimento para o tema e para as ações da Instituição.

É necessário que os educadores despertem o empenho dos estudantes sem deficiência em relação à temática. Através das respostas obtidas, percebemos que há interesse nesse conhecimento e na participação da efetivação da inclusão por parte do público que não possui deficiência. Contudo, conforme Ponte e Silva (2015), à luz de outros autores, é importante a formação de pessoas para trabalhar com esse público, pois, uma vez preparadas, não apresentarão comportamentos e/ou atitudes que possam, como consequência, constranger o sujeito e causar exclusão. Evidencia-se a importância da preparação da sociedade e da família para incluir as pessoas com deficiência, pois essas pessoas não serão incluídas sozinhas; é necessário empenho coletivo e a ampliação do conhecimento quanto ao que deve ser realizado no cotidiano para retirar as barreiras que não contribuem com a inclusão.

Ao analisar as considerações realizadas e as respostas obtidas, salientamos a importância dos acadêmicos, nesse caso, no conhecimento acerca das ações que visam à inclusão das pessoas com deficiência, uma vez que elas dependem da vida em comum para que possam ser incluídas, afinal, necessitam da melhoria interna da instituição e de outras mudanças. Os entrevistados expõem em seus motivos a preocupação com a divulgação das atividades do NInA e com maior participação acadêmica para que as ações da Instituição abranjam a sociedade, a qual deve estar preparada para recebê-la, não somente

estruturalmente, mas com servidores capacitados e que capacitem os estudantes quanto ao atendimento e relações sociais livres de preconceitos e exclusão.

Como a comunidade acadêmica tem uma grande importância na colaboração das atividades realizadas pela Universidade, tanto de extensão, pesquisa e ensino, como naquelas que contribuem com o desenvolvimento da Instituição, questionamos quais seriam as principais mudanças que o campus deveria fazer para melhorar o atendimento oferecido às pessoas com deficiência. Obtivemos as seguintes respostas:

Participante 1 – Programas de interação maior entre todos os grupos presentes na universidade. Elaborar campanhas e núcleos direcionados para prevenção e tratamento de doenças mentais, tal como a depressão.

Participante 2 – O principal que vem à mente é o caso das escadas e o acesso para cadeirantes, uma vez que não há rampas ou elevadores. Outro ponto é em relação ao preparo dos professores para tratar com alunos autistas; muitas vezes não entendem esses alunos e faltam com a empatia. Também pode haver promoção de ações como palestras e afins, valendo atividades complementares de graduação (ACG's), garantindo maior presença para os alunos do campus, para conscientizar sobre o trato com pessoas portadoras de necessidades especiais, pois muitas vezes os colegas acham que essas pessoas estão atrapalhando a turma, sendo que estão indo em seu ritmo, de acordo com seus limites.

Participante 3 – No que tange as pessoas com daltonismo, instruir os professores sobre a utilização de canetas verdes e mapas ou gráficos coloridos para auxílios aos alunos.

Participante 4 – Acessibilidade, inclusão e suporte.

Participante 5 – Rampas, elevadores e sinalização.

Participante 6 – No prédio em que estamos alocados no momento, acredito que carece em relação a infraestrutura, visto que inúmeras vezes vi o porteiro ter que carregar meu colega cadeirante por fora do prédio para ter acesso ao andar das aulas. Espero que com a construção do novo prédio este fato melhore. Quem sabe por falhas minhas existam outras carências, no entanto o fato que me veio à cabeça foi este. Espero ter contribuído com a pesquisa.

Participante 7 – Rampa, mais faixas para cegos e atendimento especial para pessoas com deficiência auditiva.

Participante 8 – O caso mais difícil é para os cadeirantes, por isso, melhorar a acessibilidade dos andares superiores seria fundamental.

Participante 9 – Elevador, rampas, mais banheiros com acessibilidades, piso tátil, corrimão, equipamentos audiovisuais em salas de aula, entre outros.

Participante 10 – Infraestrutura, cursos para técnicos e servidores em geral para o auxílio e atendimento de pessoas com deficiência, além do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NUDE).

Participante 11 – Rampas, definitivamente.

Participante 12 – Mais bolsistas para auxiliar esses alunos. Aumentar o número de eventos voltados para esses alunos. Treinar os professores para melhorar o ensino e aprendizado desses alunos.

Participante 13 – Rampas e elevadores.

Participante 14 – Não conheço o atendimento ofertado, mas do ponto de vista de infraestrutura e acessibilidade há muito que melhorar.

Participante 15 – Acessibilidade para cadeirante acessar laboratórios e auditório, melhor faixa para pessoas com deficiência.

Retomando a discussão acerca das principais mudanças que deveriam ser feitas pela Instituição para proporcionar melhor atendimento às pessoas com deficiência no campus, de acordo com a opinião dos entrevistados, é perceptível a preocupação maior com a infraestrutura do local de pesquisa, com a necessidade de instalação de elevadores, rampas, banheiros adaptados, piso tátil (sendo chamado pelos participantes 7 e 15 de “faixa para pessoas cegas”), corrimão, sinalização, entre outras. Certamente a dimensão arquitetônica é a que mais prevalece.

Embora os estudantes entrevistados não conheçam de maneira mais aprofundada os direitos das pessoas com deficiência, conforme vimos nas discussões anteriores, notamos que a percepção deles quanto à mudança para a efetivação da acessibilidade no campus é baseada em conhecimentos adquiridos em outros espaços, tão importantes quanto os conhecimentos científicos, capazes de fazê-los enxergar que para o outro ter acesso às dependências da Instituição que não possuem acessibilidade, são necessárias mudanças básicas, como as que já são exigidas por legislações, como em relação ao espaço físico, a infraestrutura de um espaço público. Como diz Paulo Freire (1987), “não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”. Há, portanto, outras formas de conhecimento que também proporcionam diferentes visões do mundo e das problemáticas que nos cercam.

Ademais, há inquietação dos participantes quanto ao envolvimento de servidores (técnicos administrativos e docentes) em atividades pertinentes às pessoas com deficiência, uma vez que enfatizam a necessidade da compreensão, empatia e melhor atendimento, assim como a promoção de ações como palestras e rodas de conversas realizadas pela Instituição,

visando não somente a capacitação dos servidores, mas o estímulo à participação da comunidade acadêmica quanto ao tema para que conheçam mais a fundo sobre acessibilidade e melhorem o relacionamento com os colegas com deficiência. Segundo o Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2008), “É importante salientar que a maior das regras é romper com o preconceito, trabalhar o paradigma da diversidade na empresa através de uma política institucional de inclusão: planejamento, deliberação e implementação”.

Orienta-se noções gerais quanto a relacionamentos com pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, em uma empresa, o que, guardadas as devidas peculiaridades, não difere do atendimento no âmbito da Universidade, pois é necessário enxergar o potencial da pessoa com deficiência, assim como de outras pessoas, que apesar das dificuldades enfrentadas inerentes a sua deficiência, são capazes da realização, acerto, decisão, sendo essa perspectiva não só vista pelo servidor, mas pelos demais estudantes e, por isso, há uma grande importância de envolver a comunidade acadêmica, em geral, em ações relacionadas à temática.

O Participante 12 refere-se à maior atuação de bolsistas no campus para contribuir com a acessibilidade e desenvolvimento dos estudantes assistidos pelo NInA. Contudo, sabemos que o número de bolsistas está atrelado à disposição de recurso financeiro para essa finalidade, ultrapassando os anseios dos servidores envolvidos e empenhados para o melhor desenvolvimento e atendimento de seu público. A ampliação do número de bolsistas vai além da vontade de envolver mais estudantes na temática: requer investimento, o que sabemos que em tempos atuais tem sido cada vez mais reduzido, pois o orçamento para órgãos do Poder Executivo, como Instituições Federais de Educação, foi reduzido pela Emenda Constitucional nº95/2016 (PEC 241/55). Conforme solicitado pelo Participante 2, ao dar sugestão de ações que visem horas para atividades complementares de graduação (ACG), acredita-se que a participação dos estudantes no NInA, enquanto monitores, possa contribuir com o aprendizado dos acadêmicos, assim como desenvolvimento do departamento, sendo então uma estratégia possível para o Núcleo.

O Participante 3 mencionou o daltonismo, mas esta é considerada uma doença hereditária, uma vez que o Decreto nº 5.296 (Brasil, 2004) considera a deficiência visual como “cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Ainda que não seja considerada uma deficiência visual, não podemos nos abster do atendimento necessário às pessoas acometidas por daltonismo, utilizando mecanismos para que consigam distinguir as cores quando necessário nas explicações em sala de aula ou até mesmo em palestras com exposição de imagem.

O Participante 1 explica a respeito da necessidade de ações voltadas para atenção e prevenção de transtornos mentais, como a depressão, que tem atingido muitas pessoas nos últimos anos. Realmente, a depressão requer atenção por parte da Instituição, assim como outras manifestações de problemas de natureza psicológica, para que os acadêmicos consigam desenvolver seu aprendizado e relações interpessoais de maneira saudável. Entretanto, os transtornos mentais não são estimados como deficiência, devem ser tratados por especialistas na área e prevenidos através de atividades que envolvam cuidados diários com a saúde psicológica.

É importante salientar que os estudantes se referem ao prédio novo, que estava em construção, como esperança para a melhoria das condições de acessibilidade. Apesar disso, por questões burocráticas e orçamentárias, o prédio foi inaugurado sem a instalação de elevadores, por exemplo. Dessa forma, os estudantes com deficiência física ou com mobilidade reduzida, terão aulas em salas nos pavimentos acessíveis. Ademais, os estudantes com deficiência assistidos pelo NInA, em suas variadas dimensões, continuarão sendo atendidos no mesmo local, pois esse departamento não mudará de sala, devido à falta de acessibilidade no novo prédio.

Considerando o interesse da maioria dos entrevistados na temática e a percepção quanto a presença das pessoas com deficiência mesmo sem estar relacionado a situações diretas a essas pessoas, é importante que a universidade, ainda que com as barreiras financeiras impeditivas, aproveite esse cenário para fomentar e instigar ações e atividades que visem a participação acadêmica, inclusive buscando parcerias com demais órgãos, por exemplo, se for possível. Nesse sentido, vê-se o NInA, como parte essencial da Instituição, como o alvo para expandir esse conhecimento.

O Núcleo se revela, então, crucial para fazer a mediação entre as determinações legais e a realidade. No ambiente universitário, a experiência da mera integração normalizadora precisa ser superada por uma proposta em que os NInAs das instituições de ensino superior estejam fortalecidos por recursos financeiros e humanos capazes de converter a *integração* da pessoa com deficiência ao meio da universidade em *inclusão* na vida institucional com todos os direitos comuns a todos universitários, desta vez sem distinção.

Em contrapartida, como discutir a passagem da integração à inclusão, se ainda permanecemos reféns dos impasses de nossa própria constituição social contraditória que, como acentua Florestan Fernandes (1989), tem na efetivação de suas leis os entraves próprios dos conflitos de classe? Como cogitar a travessia da integração à inclusão, se estamos atados à realidade da segregação como normal?

A falta de recursos ao Nina, bem como a todas as atividades universitárias que agora atravessam um excepcional momento de crise financeira, traduz aquele impasse fundamental que caracteriza a Carta Maior do Brasil e a própria sociedade brasileira. Entretanto, é também pela legislação e por todos os esforços de mediação da universidade que se poderá chegar um dia à garantia concreta do direito das pessoas com deficiência.

A acessibilidade, de maneira geral, é importante para que as pessoas com deficiência tenham o direito de ir e vir como todos os cidadãos. Ademais, em consonância à educação de qualidade social, o ensino superior garante o direito da participação dessas pessoas na Universidade, na capacitação para o mercado de trabalho, na convivência com pessoas das mais diversas realidades e, conseqüentemente, no conhecimento para o crescimento pessoal.

É importante, ao mencionar a ideia de “qualidade” da educação, não confundi-la aos discursos tecnicistas e empresarialistas segundo os quais é necessário submeter a escola a paradigmas de avaliação semelhantes aos de empresas. Esta é, em suma, a ideia de uma “qualidade total” na educação, que vem redirecionando o discurso de democratização da escola a promessas de eficiência, desempenho e hierarquização dos alunos, tendo em vista premiar os melhores e punir os piores (Gentili, 2010). Torna-se, pois, indispensável pensar a qualidade em educação como direito social por meio do qual todos tenham acesso a uma formação que prepare para a vida em sociedade e para o reconhecimento democráticos das diferenças.

Nas determinações do Ministério da Educação, através do Decreto nº 9.235/2017, um dos objetivos da regulação, supervisão e avaliação das Instituições de Ensino Superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, é promover a igualdade de condições de acesso (Brasil, 2017), ou seja, isso que tomamos como fundamento da qualidade social em educação.

Porém, apesar das Políticas Públicas existentes e que estão sendo colocadas em prática, ainda encontramos barreiras que impedem que esse acesso seja como o idealizado. A inclusão na educação, visando neste momento não somente às pessoas com deficiência, mas às demais que constituem as minorias em nosso país, deve ser efetivada a fim de garantir o direito à educação, direito a ser proporcionado à sociedade em geral.

A pesquisa demonstrou, a partir do olhar do universitário, a importância das mediações (políticas, pedagógicas e administrativa) para que o direito das pessoas com deficiência que passam pela universidade seja tratado com o respeito que requer uma sociedade democrática. O reconhecimento da importância do NInA, que não estava de início

presente no escopo do projeto, ganhou significado em virtude da bibliografia estudada e ainda se cristalizou na fala dos participantes.

4. Conclusão

A presente pesquisa assumiu como objetivo geral conhecer a percepção de 15 universitários que não possuem deficiência sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência às dependências e aos serviços ofertados pela Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento, e relacionar o perfil da percepção dos participantes da pesquisa ao proposto pelas políticas públicas brasileiras referentes ao tema.

Dessa forma, percebeu-se que os estudantes conhecem as leis e as políticas públicas brasileiras que se referem, em sua redação, à pessoa com deficiência (como educação, por exemplo), ainda que de maneira superficial, sem ciência a fundo do texto legal. Contudo, pela experiência e vivências do cotidiano, o conhecimento que os entrevistados possuem está de acordo com o proposto nas legislações, tendo em vista que se referem a ações e objetivos que constam nesses documentos sobre a necessidade de oferta de atendimento especializado; formação de professores para atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; acessibilidade arquitetônica, na comunicação e informação. A percepção deles quanto à acessibilidade no campus é visual e social, tendo em mente que estão atentos aos que os olhos captam: as pessoas com deficiência no campus. Além disso, observam as condições propostas pela Instituição, não só no que tange à acessibilidade para pessoas com deficiência, mas ao atendimento daqueles que possuem alguma situação diferente dos demais estudantes, como o daltonismo, pessoas com quadro depressivo, entre outras. Apresentando então preocupação com aqueles que necessitam de um atendimento especializado pela sua singularidade ou o momento em que esteja passando por dificuldade.

Ao iniciar a pesquisa, houve a preocupação se os estudantes sem deficiência e sem pessoas ou familiares próximos a essa realidade tinham percepção quanto à acessibilidade no campus, uma vez que não estão inseridos nesse contexto e, talvez, não tivessem conhecimento acerca das legislações brasileiras e dificuldades, barreiras impeditivas presentes na Instituição. Porém, percebeu-se que há preocupação não somente com as pessoas com deficiência no campus, assim como com a divulgação e implementação de ações e atividades que possam envolvê-los, pensando na comunidade acadêmica como um todo, buscando contribuir com a implementação da temática no âmbito da universidade. Para alcançarmos a inclusão social de maneira plena, é necessário o foco nas diferentes minorias, em políticas públicas e sociais

específicas que vão além de apenas um discurso inclusivo, mas compreendendo as necessidades específicas de cada um desses grupos. Após conseguirmos o atendimento a essas singularidades, ao ponto de que a participação das minorias esteja presente no nosso cotidiano sem barreiras impeditivas, é possível pensar que a sociedade realmente é inclusiva. Retomando sempre a importância de incluir, invés de apenas integrar. Dessa maneira, é necessária a compreensão das relações sociais na dinâmica em que elas ocorrem, uma vez que as Leis e demais ações, como os planos, programas e projetos voltados para as pessoas com deficiência podem ser realizadas e pensadas também por pessoas que não possuem deficiência.

Evidenciou-se, assim, a importância do envolvimento da comunidade acadêmica quanto ao tema, pois além de ser trabalhado para que atitudes que não constriam essas pessoas façam parte do nosso cotidiano e tampouco as excluam, a capacitação e a oferta do conhecimento pode se tornar instigante, provocando a pesquisa e/ou futuras participações e manifestações que visem o desenvolvimento social, inclusão e a acessibilidade.

Sendo assim, encontra-se na instituição de ensino um grandioso e importante espaço para discussão, diversas atividades e ações que visem o incentivo, como solicitado pelos próprios estudantes. A possibilidade de ofertar o conhecimento de variadas formas é o que faz da universidade um local tão rico de cultura, aprendizado e pluralidade. Em tempos de reajustes orçamentários no Governo Federal, compreendemos toda a dinâmica relacionada à dificuldade da disposição de aporte financeiro e humano por parte da Instituição, mas é necessário esse investimento (não apenas financeiro) que o NInA merece. Além disso, o núcleo deve operar de tal modo que suas atividades não sobrecarreguem a servidora responsável por ele. Cabe à gestão enxergar o Núcleo como fundamental para a formação cidadã dos estudantes, com visão social e crítica a respeito de temas como os abordados nesse trabalho.

A questão da acessibilidade na Universidade tem o NInA como o ponto central, ou seja, deve ter enfoque por parte da gestão, pois buscar a inclusão e acessibilidade é também estar atento a evolução do ser humano e do mundo, sendo esse um dos objetivos da educação através de sua prática social: o desenvolvimento humano.

A pesquisa contribui para que o problema da acessibilidade na universidade possa se converter em parte integrante, na teoria e na prática, do cotidiano dos próprios alunos, uma vez que, através da leitura dela é possibilitado o interesse pelo assunto. Dessa forma, como sugestão, tornam-se relevantes futuras pesquisas como maneira de acompanhamento das mudanças quanto a acessibilidade, o envolvimento da comunidade acadêmica quanto aos

direitos da pessoa com deficiência, bem como discussão de uma temática tão presente em nosso cotidiano que, por diversas vezes, passa despercebida. As pesquisas, se realizadas, poderão analisar e aprofundar a respeito da acessibilidade no Campus, através de um olhar mais crítico quanto ao tema e a realidade local.

Enquanto Assistentes Sociais, ressaltamos a gritante relevância da necessidade de fomentação de atividades, pesquisas e inquietações que busquem conscientizar a sociedade sobre a diversidade que nos cerca e o respeito a elas mirando a inclusão social e a garantia dos direitos das pessoas sem distinção de qualquer natureza.

Referências

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília, DF, Senado.

Brasil (1999). *Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999*. (1999) Regulamento da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: Ministério da Justiça.

Brasil (2004). *Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004*. (2004) Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF.

Brasil (2011). *Decreto nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite*. (2011). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério da Ciência e Tecnologia, Casa Civil da Presidência da República.

Brasil (2017). *Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017*. (2017) Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Canguilhem, G. (2009). *O normal e o patológico* / tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução doposfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Fernandes, F. (1989). *A Constituição inacabada*. São Paulo: Imprensa.

Foucault, M. (2001). *Os anormais*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gentili, P. A. A. & Silva, T. T. da (orgs). (2010). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas.

Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência. (2008) *Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença* - Rio de Janeiro: IBDD.

Ludke, M. & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.

Maximiano, A. C. A. (2000). *Introdução à Administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas.

Ponte, A. S. & Silva, L. C. da (2015). *A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência*. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Carmélia Silva Carvalho Gomes – 50%

Jéssica Layne da Silva Galindo Lins – 50%